

AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO ESTADO DO CEARÁ, O SPAECE-ALFA: EMBATES E DILEMAS

COSTA, Maria Rosilane da; COLARES; Getuliana Sousa; SOUZA, Eryck Dieb; ANDRADE, Wendel Melo; NASCIMENTO, Francisco Antonio.

Universidade Federal do Ceará, rosilane_professora@hotmail.com, getucolares@hotmail.com, eryckdieb@gmail.com, professorwendelmelo@gmail.com, diretortoinho.eeepmartagiffoni@gmail.com.

Resumo

As políticas públicas educacionais no Ceará voltadas para as avaliações têm instituído o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará na alfabetização, o SPAECE-Alfa como marco no desenvolvimento da alfabetização no estado. Entretanto, embates e dilemas giram em torno dessas avaliações trazendo à tona discussões acerca de como seus resultados são postos no contexto escolar. Por esta razão, o presente trabalho tem como objetivo discutir os sentidos das avaliações externas e suas implicações na consolidação da alfabetização das crianças. Para tal, este trabalho fundamenta-se teoricamente na concepção histórico-social construída por Vygotsky, tendo como aportes os estudos desenvolvidos por Hofmann (2001) e Luckesi (2011a, 2011b) sobre a avaliação da aprendizagem, bem como outros que tratam da temática avaliação educacional. A metodologia empregada é baseada na perspectiva de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Os resultados obtidos por esta investigação compõem o escopo para uma reflexão acerca das políticas educacionais e possíveis incrementos para uma avaliação pautada não só em resultados, mas na aprendizagem significativa.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação externa, SPAECE-Alfa, Aprendizagem, Sentidos.

Introdução

As avaliações externas têm se configurado como um marco norteador das políticas públicas no país, ocupando lugar fundamental na elaboração de metas que perpassam todas as esferas educacionais e servindo de parâmetro para o debate sobre a melhoria no ensino. Desta forma, as avaliações em larga escala se constituem além de instrumentais de monitoramento, uma importante ferramenta na tomada de decisões na busca por uma educação de qualidade.

Nessa perspectiva, as políticas educacionais vigentes no estado do Ceará têm direcionado as avaliações externas e seus resultados na busca por essa educação de qualidade, incorporando-as e direcionando-as a todos os municípios cearenses. Com isso, a ampliação e abrangência desse sistema de avaliação têm permitido não só diagnosticar a qualidade da educação pública, como também seus resultados têm servido como aporte para a consolidação do ensino em todo o estado. Assim, tornou-se um instrumento essencial na fomentação de debate público e na promoção de ações orientadas para a melhoria e execução

da democratização do ensino, garantindo a todos, igualdade de acesso e permanência na escola (CEARÁ, 2012).

No entanto, a cultura destas avaliações tem servido de controle sobre os processos de aprendizagem e a busca por resultados quantitativos tem distorcido seus objetivos e isso tem levado muitos pesquisadores da área a discutir os rumos e os sentidos que estas avaliações têm tomado na conjuntura atual. É notório o quanto as políticas voltadas para a avaliação têm tomado rumos que priorizam mais os resultados do que o processo em si. Embora os resultados das últimas avaliações em larga escala em nosso estado tenham mostrado avanços satisfatórios no que tange às habilidades de leitura e de escrita nas séries iniciais do ensino fundamental, é perceptível pelos dados oriundos dos rendimentos das séries finais tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio que há um paradoxo entre o que é ensinado e, realmente, o que é aprendido.

Essa descontinuidade e essa fragmentação dos resultados são fatores que precisam, de urgência, serem analisados e, conseqüentemente, reformulados. Para isso, faz-se necessário que as avaliações externas perpassem todos os sentidos da aprendizagem e se tornem mediadoras e não medidas do processo de ensino. Partindo desses pressupostos é que nos questionamos: até que ponto essas avaliações e seus resultados têm contribuído de forma significativa para a consolidação da aprendizagem e para a melhoria do sistema educacional cearense? Nessa ótica, o presente artigo tem como objetivo discutir os sentidos das avaliações externas e suas implicações na aprendizagem das crianças. Para tanto, embasaremos essa discussão na perspectiva histórico-social construída por Vygotsky, tendo como aportes teóricos os estudos desenvolvidos por Jussara Hofmann e Cipriano Luckesi sobre a avaliação da aprendizagem, bem como outros que tratam da temática avaliação educacional e sobre a qual discorreremos, na seqüência, enfocando suas principais diretrizes.

Pressupostos teóricos: A avaliação como processo e não como um fim.

A avaliação no contexto escolar é um dos aspectos que merece ser destacado pela forma como está sendo considerada: um mero conjunto de técnicas dirigidas à obtenção de uma informação objetiva, desvinculando-se do processo de aprendizagem. Por restringi-la a desempenho do aluno, ignora-se tanto a contribuição que poderia constituir para a compreensão desse mesmo desempenho quanto o valor que poderia adquirir para a investigação pedagógica (LUCKESI, 2011a). Com isso, percebemos que a prática de ensino está direcionada para um treinamento de “resolver provas”, tendo em vista a preparação para

estas avaliações e, conseqüentemente, a busca por resultados que priorizam números em escalas de proficiência.

Muitos autores, dentre eles Luckesi, trazem à tona discussões e debates acerca das avaliações no contexto educacional, denunciando a forma como estas vêm ganhando foros de independência da relação ensino-aprendizagem. É preciso entender que a avaliação é um ato de investigar a qualidade daquilo que constitui seu objeto de estudo e, por isso mesmo, deve subsidiar as decisões sobre atos pedagógicos na perspectiva da eficiência dos resultados desejados (LUCKESI, 2011b).

Todavia, o que percebemos é que nem sempre tais avaliações levam em consideração o que foi ensinado, muitas vezes, estão centradas apenas em descritores que não medem a aprendizagem da criança. Para Luckesi (2011a), a avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu conseqüente projeto de ensino. Por esta razão, não pode ser estudada, definida e delineada sem um projeto que a articule. Para esse autor, parece um contrassenso essa afirmação, na medida em que podemos pensar que quem está trabalhando no ensino está interessado em que os educandos aprendam, todavia, não é o que ocorre. Segundo ainda esse autor, “[...] a conquista de resultados desejados depende da clareza de objetivos e do investimento na sua busca. Planejar, executar e avaliar são facetas de um mesmo ato de construção de resultados bem-sucedidos” (LUCKESI, 2011a, p.119).

Corroborando tais ideias, Libâneo (1994) afirma que tais avaliações precisam acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem do aluno e que seus resultados sirvam para constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. Assim, compreender que a avaliação deve fazer parte de todo o processo educativo significa entendê-la como parte fundamental do processo e servir de aporte para a consolidação do ensino-aprendizagem.

Em contrapartida, percebemos que ao longo dos anos a avaliação tem ganhado significados contraditórios no tocante à aprendizagem. Na conjuntura atual, há uma necessidade de desvincular a avaliação dos mecanismos de busca por resultados, resgatando assim a sua dimensão política. É contraditório que uma escola que se diga democrática, sustente seus ideários nas práticas avaliativas, e isso se torna ainda mais complexo quando nos reportamos à alfabetização. Sobre essa questão, Hoffmann (2001) também se posiciona dizendo que avaliar é uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa.

No estado do Ceará, as avaliações vêm passando por profundas transformações desde a criação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE - em 1992 e tem seguido o propósito de fomentar mudanças em busca de uma educação de qualidade (CEARÁ, 2017, p. 8). Com a implementação do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) em 2007, a abrangência do sistema de avaliação em larga escala incorporou a avaliação da alfabetização com a criação do SPAECE-Alfa (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará na Alfabetização), permitindo assim o monitoramento e a implementação de uma política estadual de avaliação na alfabetização. Segundo Lima (2012), o acompanhamento do sistema de ensino por meio da análise das avaliações externas e do monitoramento de seus resultados contribuiu de forma significativa para a melhoria na educação do Estado.

Segundo Lima (2012), o SPAECE-Alfa traz como prioridade a alfabetização das crianças até os sete anos de idade. Para isso, esse sistema de avaliação consiste numa avaliação externa, censitária, realizada ao término do 2º ano do ensino fundamental das escolas da rede pública, possibilitando assim construir um indicador de qualidade sobre a habilidade em leitura, bem como subsidiar os gestores na formulação de políticas de incentivo e redistribuição de recursos financeiros para os municípios e escolas (LIMA, 2012, p. 45).

Sob esta ótica, o SPAECE-Alfa assume uma dimensão importante no que tange ao levantamento de elementos que possibilitam uma leitura do real estágio de desenvolvimento do processo de alfabetização das crianças. Esta avaliação oferece um terreno fértil para a reflexão sobre as ações voltadas para a qualidade da educação dos alunos das escolas públicas com foco na alfabetização. Nesta perspectiva, a avaliação em larga escala pretende obter informações gerais, importantes para se pensar a qualidade da educação, porém, ela só será uma ferramenta para esse fim se utilizada de maneira coerente, agregando novas informações às já obtidas por professores e gestores nas devidas instâncias educacionais, em consonância com a realidade local (CEARÁ, 2012).

Portanto, é preciso que a avaliação sirva à democratização do ensino, modificando sua utilização de classificatória para diagnóstica. Para Luckesi (2011a), a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no processo de aprendizagem.

Os sentidos da avaliação externa: embates e dilemas

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico. Dessa forma, o ato de avaliar não serve como pausa para pensar a prática e retornar a ela, mas sim como meio para julgar a prática e torná-la estratificada visível em sua função classificatória. Segundo Luckesi (2011a), a avaliação ao assumir a função classificatória, constitui-se num instrumento de controle, já a avaliação diagnóstica se constitui num momento de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia. Embora as avaliações externas tenham se configurado como diagnósticas, o que percebemos ainda é que tais avaliações se estruturam na busca por resultados em escalas de proficiência, contrapondo-se, muitas vezes, a própria política de avaliação vigente no país.

Nesse sentido, as avaliações em larga escala propostas e difundidas pelas políticas de avaliação do Estado do Ceará tem servido não apenas para aferir a alfabetização, mas parece servir também de aporte pedagógico para uma prática pedagógica reflexiva para as professoras, quando estas relatam sobre a efetiva contribuição e significado destas avaliações para a aprendizagem das crianças.

Os ideais propostos pelo eixo de avaliação do PAIC, defendem que tais avaliações possam oferecer parâmetros que permitam tanto diagnosticar os conhecimentos das crianças a fim de (re)organizar as práticas educativas desenvolvidas quanto avaliar os resultados educacionais. Para tanto, as avaliações externas propostas pelo SPAECE-Alfa avaliam a aprendizagem das crianças e servem como autoavaliação do trabalho pedagógico, além de servir como diagnóstico da turma (CEARÁ, 2016). Nesse contexto, é perceptível que a avaliação externa assume um papel de instrumento diagnóstico e está a serviço de uma pedagogia preocupada com a transformação social assim como defende Luckesi (2011a).

A complexidade do fenômeno da avaliação é realçada por Perrenoud (1999), segundo o qual não existe avaliação sem relação social e sem comunicação interpessoal, tratando-se de um mecanismo do sistema de ensino que converte as diferenças culturais em desigualdades escolares. O problema reside no fato de que a avaliação escolar deveria ser um meio e não um fim em si mesma e estar entrelaçada com a práxis pedagógica, não podendo ocorrer num vazio conceitual. Ela deveria estar sempre dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem longe de ser compreendida como algo isolado, mas como uma integração para a busca de resultados, não apenas quantitativo, mas também a qualidade na educação.

As implicações e ressignificações das avaliações externas no contexto escolar e na aprendizagem das crianças.

A avaliação da aprendizagem é um componente da prática pedagógica e é necessário ter esta compreensão de que o ato de avaliar é sim indispensável para o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, vale ressaltar que a avaliação deve ser abordada como um recurso subsidiário para obtenção dos resultados desejados em ações pedagógicas planejadas no âmbito escolar. Isso se justifica porque, historicamente, a prática dos exames escolares tomou o lugar das avaliações, tratando-a como algo à parte do pedagógico e não como parte deste, quando, na verdade, a avaliação da aprendizagem junto ao planejamento e a execução deveriam compor o algoritmo do ato pedagógico.

No entanto, o que se tem percebido, hodiernamente, é uma desconstrução da avaliação que gira em detrimento aos resultados em escalas de proficiência. A partir dessa dimensão, observamos uma complexidade ainda maior a respeito das avaliações, visto que a cultura das avaliações externas impetrou espaços tão amplos nos processos de ensino que a prática educativa passou a ser direcionada por uma pedagogia do exame assim como denuncia Luckesi (2011b).

Para esse autor, os professores devem dar um novo rumo para a prática da avaliação escolar direcionando ou redirecionando sua ação pedagógica, assumindo um posicionamento pedagógico claro e explícito que possa orientar a prática pedagógica, no planejamento, na execução e na avaliação (LUCKESI, 2011a).

A avaliação não pode centrar-se nos produtos, mas, sim, deve colocar em primeiro plano o processo desenvolvido pela criança e analisar os produtos no âmbito desse processo, em vez de compará-los com padrões externos (LERNER; PIZANI, 1995).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a avaliação instituída no contexto vigente se tornou um instrumental que subsidia as decisões sobre atos pedagógicos e administrativos na perspectiva da eficiência dos resultados desejados, mas o que nos preocupa é como esse instrumental é interpretado pela escola e direcionado para a prática pedagógica e o que isso representa para a aprendizagem. A criança não pode ser considerada como objeto da avaliação, mas como sujeito da mesma; sua participação no processo de avaliação ajudará que tome consciência de sua própria aprendizagem e contribuirá com elementos importantes para a valorização de toda a ação pedagógica.

Lerner e Pizani defendem que é imprescindível recontextualizar a avaliação dentro do progresso pedagógico, convertê-la em um instrumento de reflexão sobre o sistema de

interações envolvidas em tal processo. Se realmente estas avaliações e seus resultados estivessem articulados num projeto pedagógico serviria para a definição de encaminhamentos adequados para a aprendizagem e estaria cumprindo seu papel formativo.

Considerações Finais

Ao discutirmos acerca da avaliação e sua relação com a aprendizagem, em especial, a aprendizagem de crianças que estão inseridas nas séries iniciais do ensino Fundamental, pudemos perceber o quanto a avaliação ocorre ainda pela busca de resultados e, muitas vezes, desconfigurando o processo ensino-aprendizagem. Tendo em vista os conceitos e as concepções que norteia as práticas de avaliação, seus resultados devem possibilitar caminhos para a aprendizagem significativa e a própria formação do educando.

A avaliação não pode ser praticada com uma tal independência do processo ensino-aprendizagem. Para que a avaliação se torne um instrumento subsidiário significativo da prática educativa, é importante que tanto a prática educativa como a avaliação sejam conduzidas para a construção de resultados significativos da aprendizagem, que se manifestem em prol do desenvolvimento da criança (LUCKESI, 2011a). Isso só será possível a partir do momento em que seus resultados se fizerem presentes no processo ensino-aprendizagem, e não apenas postos em escalas de proficiência.

Concluimos, portanto, que é preciso entender que a avaliação não diz respeito somente ao processo de ensino, mas que tenha sentido e faça parte do processo ensino-aprendizagem. Para tanto, requer um olhar pedagógico e a consolidação de políticas públicas que a vejam não apenas como índices provenientes de dados, provas e medições, mas que seus resultados favoreçam caminhos para uma aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. Secretaria da Educação. **SPAECE Alfa**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan./dez. 2012), Juiz de Fora, 2012.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **SPAECE**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan./dez. 2016), Juiz de Fora, 2016.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **SPAECE – 2017** / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan./dez. 2017), Juiz de Fora, 2017

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LERNER, D; PIZANI, A. **A aprendizagem da língua escrita na Escola: reflexões sobre a proposta pedagógica construtivista**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LIMA, A. C. **Ciclo de avaliação da educação básica do Ceará: principais resultados**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 23, n. 53, p. 38-58, set/dez. 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 24.impr. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011b.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência a regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.